



Agricultura urbana e periurbana e a segurança alimentar e nutricional: a experiência de um projeto de extensão da UFRGS Litoral

Urban and periurban agriculture and food and nutrition security: the experience of an extension project of the UFRGS Litoral

KALSING, Rejane¹; DAGNINO, Ricardo²; BATISTA, Sinthia³; CAMBOIM, Juliana⁴; AMARAL, Hector⁵; FERNANDES, Maria⁶.

¹UFRGS, rejane.kalsing@ufrgs.br; ²UFRGS, ricardo.dagnino@ufrgs.br; ³UFRGS, sinthia.batista@ufrgs.br; ⁴UFRGS, juliana.camboim@ufrgs.br; ⁵UFRGS, hectormalakas@gmail.com; ⁶UFRGS, mariaelizabethefernandes@gmail.com.

Eixo temático: Soberania e segurança alimentar e nutricional

Resumo

A relevância do debate sobre saúde e sustentabilidade aliado à promoção de mecanismos de garantia da segurança alimentar e nutricional e o compromisso com a inclusão social das populações mais vulneráveis impulsionaram a criação do projeto de extensão sobre Agricultura Urbana e Periurbana: Educação, Alimentação e Saúde (AgriUrb) envolvendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Prefeitura Municipal de Tramandaí. O projeto iniciou em 2019, a partir de um diálogo entre a UFRGS e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Tramandaí. Desde então iniciou-se um processo de elaboração conjunta do projeto que possui entre suas ações: a criação de uma agrofloresta e de um canteiro de plantas medicinais, além do oferecimento de um curso de 56 horas para a comunidade, abordando temas como agricultura urbana e periurbana, educação ambiental e sensibilização, saúde, segurança alimentar e nutricional, economia solidária e associativismo e planejamento e gestão de hortas urbanas.

Palavras-chave: extensão universitária, educação ambiental; agroecologia; interação dialógica entre universidade e comunidade.

Keywords: university extension; environmental education; agroecology; dialogical interaction between university and community.

Apresentação e contextualização

A constatação do aumento da pobreza e da fome no país (MENEZES, 2019) coloca de volta ao debate nacional a relevância da promoção de mecanismos de garantia da segurança alimentar e nutricional aliada à saúde e à sustentabilidade e o compromisso com a inclusão social das populações mais vulneráveis. A discussão sobre o tema segurança alimentar e nutricional é antiga e vem sendo retomada com intensidade a partir de sua incorporação aos marcos legais, de acordo com CONTI, BAZOTTI, FINOKIET (2015, p. 2).

Uma evidência da urgência do debate sobre a fome e a necessidade de articular as políticas públicas através de leis que promovam a segurança alimentar é a promulgação da chamada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu em 2006 (BRASIL, 2006), e sua regulamentação, quatro anos depois



(BRASIL, 2010). A definição de Segurança alimentar e nutricional adotada pela legislação aparece no artigo 3º da lei 11.346 (BRASIL, 2006)¹ e menciona o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e adoção de práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis.

No decreto de regulamentação (BRASIL, 2010), no artigo 22, está colocada a necessidade da criação de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que deveria conter, entre outros temas, o fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos.

Em consonância com esta proposta foi criado o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, a partir da Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018). Alguns meses depois, em 28 de agosto, no Rio Grande do Sul, foi aprovada a Lei nº 15.222, que institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Em seguida, alguns municípios iniciaram debates para elaboração de leis municipais sintonizadas com a lei estadual, criando cada uma da sua forma, a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana, como é o caso de Santa Maria (LEÃO, 2019) e do nosso município, Tramandaí. Aqui, está tramitando na Câmara Municipal de Vereadores, o projeto de lei que institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) e cria o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (AgriUrbana).

Já o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (BRASIL, 2018), indica, em seu artigo 2º, que ele é constituído por um conjunto de iniciativas que visam: potencializar as ações de segurança alimentar e nutricional; contribuir para a inclusão social de moradores urbanos, em especial das mulheres; promover a utilização de tecnologias agroecológicas e a educação ambiental; estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos orgânicos e o convívio social e as atividades culturais relacionados com a produção agrícola; assegurar a capacitação técnica e de gestão aos agricultores urbanos; estimular hábitos sustentáveis e saudáveis de alimentação; implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa dentre outras instituições e associações.

Partindo-se dessas perspectivas, surgiu a ideia inicial de um projeto de extensão, a partir de um diálogo iniciado entre a professora Rejane Schaefer Kalsing, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Prefeitura Municipal de Tramandaí (PMT), representada pelo seu secretário Fernando Campani, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em janeiro de 2019. Esse projeto, mais tarde foi intitulado de “Agricultura urbana e periurbana: alimentação, educação e

¹ Há indícios de que a lei brasileira adotou uma definição amplamente aceita e adotada por órgãos internacionais e que foi construída coletivamente pelos participantes do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (FMSA, 2001) e que ficou registrada na Declaração final intitulada “Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria”.



saúde”, no Campus Litoral Norte da UFRGS, localizado em Tramandaí, Litoral Norte Gaúcho.

Desenvolvimento da experiência

O projeto foi se estruturando de forma coletiva, resultando do diálogo e da parceria da UFRGS com várias outras secretarias da PMT e instituições governamentais e não governamentais como, por exemplo, quatro secretarias municipais, a de Desenvolvimento e Assistência Social, a da Educação e Cultura, a da Saúde e a da Pesca e Agricultura; a Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões/Tramandaí, a EMATER-ASCAR/RS, a Ação Nascente Maquiné (ANAMA), o Greenpeace/Litoral Norte, a Rede de Educação Ambiental do Litoral Norte/RS e a Escola Estadual Ildefonso Simões Lopes. Na comunidade interna da UFRGS Litoral, foram convidados alunos e servidores para participarem do projeto. Depois dessa construção coletiva, o projeto foi cadastrado no Sistema de Extensão da UFRGS. Para divulgar o projeto foi criado um website (<https://www.ufrgs.br/agriurb>), uma conta no Instagram (<https://www.instagram.com/agriurb>) e Facebook (<https://www.facebook.com/projetoagriurb>).

Após o projeto aprovado, foram realizadas reuniões para tratar do oferecimento de um curso de formação, de 56 horas/aula, intitulado “Curso introdutório sobre hortas urbanas e agricultura urbana e periurbana”. Ele abrange temas como agricultura urbana e periurbana, educação e sensibilização ambiental, saúde, segurança alimentar e nutricional, economia solidária e associativismo e planejamento e gestão comunitária de hortas urbanas, que iniciou em agosto último e terminará em dezembro.

A primeira oferta do Curso contou com mais de 100 inscrições, das quais foram selecionados 50 alunos, número limite estabelecido conjuntamente entre a UFRGS e PMT. Destas 50 pessoas selecionadas, 35 vagas foram destinadas às secretarias municipais de Tramandaí, 10 à Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões/Tramandaí, restando 5 vagas para a comunidade interna da UFRGS e comunidade externa em geral.

Desafios

Muitos foram os desafios iniciais do projeto, dentre eles, a demora em se tomar algumas decisões, escolhas, muito em função do grande grupo que se criou para construir o projeto. Mas isso acarreta, sem dúvida, um grande aprendizado que é o de trabalhar coletivamente. Outros os desafios foram relativos à infraestrutura necessária ao curso de formação em agricultura urbana como, por exemplo, a logística dos alunos (quem os levaria até o Campus da UFRGS? E, depois, quem os levaria de volta?), também em relação à alimentação (quem ficaria responsável pelos almoços [fornecimento, preparação e o servir?]), entre outros.

Porém, vencidos esses desafios iniciais, vários aspectos do projeto podem ser destacados. Dentre eles, a gratuidade do curso, o *espírito voluntário* dos



ministrantes, a destinação da grande maioria das vagas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, que são atendidas por diversos programas da PMT. Esse desenho do público alvo do curso foi acordado conjuntamente com PMT e UFRGS e essa *destinação* de vagas pode ser compreendida como um dos *pilares*, do curso, haja vista alguns dos princípios da agricultura urbana e periurbana, já citados anteriormente, e que são a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda, além da agroecologia e da educação ambiental, entre outros.

Merecem destaque também a construção coletiva do projeto - já referida, da qual resultou, entre outras coisas, o oferecimento do almoço, em cada um dos 7 encontros do curso - que acontecem aos sábados, no intuito de beneficiar os trabalhadores, perfil em que se enquadram todos os alunos do curso - que é feito e servido na Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões/Tramandaí – entidade *vizinha*, da UFRGS Campus Litoral Norte; o transporte, que é oferecido pela PMT, até a UFRGS, local em que acontece o curso.

Outro aspecto a ser enfatizado é a estruturação também coletiva e aberta do curso de formação, o qual tem como ministrantes docentes doutores, lotados na UFRGS Litoral, técnicos desse Campus e os próprios alunos do curso. Na aula de 28/09, uma médica veterinária ministrou o tema “Zoonoses e Hortas Urbanas”, dia em que também a enfermeira do Campus ministrou o tema “Saúde”, só para se ter uma ideia; além de pessoas da comunidade, com experiência nos diversos temas constantes no curso de formação como, por exemplo, gestão comunitária de hortas urbanas, educação ambiental, alimentação saudável – abrangendo-se aí, também, plantas alimentícias não convencionais (PANC), tema que contou com a colaboração de uma nutricionista, por exemplo.

Há, porém, outras atividades previstas no projeto de extensão que vão além do curso de formação, algumas das quais já estão acontecendo, e que são o mapeamento e diagnóstico das hortas urbanas comunitárias de Tramandaí, mutirões para ampliação da horta existente na UFRGS Campus Litoral Norte, criação de um canteiro de plantas medicinais e de um projeto piloto de agrofloresta, visita a propriedades agroecológicas e a hortas comunitárias e iniciativas similares, oficinas a alunos da Rede Municipal de Educação de Tramandaí, elaboração de material a respeito dos temas do projeto.

O projeto de extensão Agricultura Urbana e Periurbana: Educação, Alimentação e Saúde tem a coordenação geral da professora Rejane Schaefer Kalsing, coordenação adjunta do professor Ricardo Dagnino e Sinthia Batista e Lucimar Vieira como demais coordenadoras. Conta com a participação dos graduandos Hector Amaral, Juliana Camboim, Maria Elizabete Fernandes e Taylise Silveira, discentes do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, e dos servidores técnicos Luciane Cassol (enfermeira), Mariê Mello Cabezudo (bióloga), Sílvio Oliveira (técnico agrícola) e Tobias Vier (engenheiro ambiental).

Resultados alcançados

Dentre os resultados desse projeto de extensão podem ser apontados o crescimento e a realização pessoal de cada um dos envolvidos, seja da equipe – docentes,



discentes e técnicos - desde o início das discussões para a construção do projeto, até agora, seja dos ministrantes do curso, seja dos alunos do curso; também o aprendizado coletivo, em que ministrantes aprendem e alunos ensinam, parafraseando o grande educador Paulo Freire. Isso, a nosso ver, é extensão universitária, integração universidade e comunidade, construção coletiva de saberes, em que os saberes de todos são levados em conta, em prol da construção de um mundo melhor, mais ético e mais justo, começando por um local melhor para se viver, em que o diálogo, a coletividade, a cooperação, a solidariedade, a justiça social, o respeito às diferenças, à diversidade e à natureza como um todo, sejam os princípios orientadores da comunidade. E é um pouco disso que estamos promovendo na UFRGS Campus Litoral Norte!

Referências bibliográficas

BRASIL. Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, 2010.

CONTI, Irio Luiz; BAZOTTI, Angelita; FINOKIET, Manuela. Interfaces entre Direito Humano à Alimentação Adequada, Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar. Anais da III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento: Os sujeitos na soberania alimentar, 2015.

FMSA - Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria. Declaración final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria 2001: Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. La Habana, Cuba, 7 de septiembre del 2001.

LEÃO, Gabriel. Casa do Povo debate política de agricultura urbana e periurbana sustentável. Câmara de Vereadores de Santa Maria/RS, 17 de outubro de 2019.

MENEZES, Francisco. Pobreza e fome em ascensão. Análise de Conjuntura. Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 29 de Agosto de 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 15.222, de 28 de agosto de 2018. Institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana. Porto Alegre, 2018.